

COMISSÃO DE TRABALHO ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS

REQUERIMENTO N° DE 2017.

Requer seja convocado o **Senhor Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda**, para prestar esclarecimentos acerca da entrada de 57 novos projetos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) aprovados pelo Conselho Gestor do Programa no dia 23/08/2017.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, art. 24, IV; inciso I do art.219 do RICD, combinados com os artigos 50 caput e 58, §2, da Constituição Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, que seja convocado o Senhor Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda, para prestar esclarecimentos acerca da entrada de 57 novos projetos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), aprovada pelo Conselho Gestor do Programa no dia 23/08/2017.

JUSTIFICAÇÃO

O governo anunciou no último dia 23/08/2017 a inclusão de 57 novos projetos no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), no âmbito do qual é feita a priorização e o acompanhamento dos projetos que serão executados por meio de concessões, parcerias público-privadas (PPP) e privatizações.

Os projetos de parceria com o setor privado, especialmente quando envolvem, como nos casos anunciados, a realização de investimentos importantes, possuem com frequência um elevado grau de complexidade. Além disso, eles normalmente têm impacto direto sobre as finanças públicas e, em particular, sobre o valor das tarifas pagas pela população pelo usufruto dos serviços públicos objeto dos projetos de parceria,

assim como sua qualidade e disponibilidade. Desta forma, esses projetos tendem a gerar grande interesse e numerosos questionamentos sobre a sua real efetividade no desenvolvimento econômico do país.

Entre os projetos anunciados encontram-se a privatização de usinas de geração hidroelétricas e concessões de lotes de rodovias, aeroportos e linhas de transmissão de energia elétrica. Também serão licitadas várias áreas de mineração e blocos de exploração de petróleo, incluindo áreas do Pré-sal brasileiro, assim como as privatizações da Eletrobrás e da Casa da Moeda. (Fonte: <http://www.projetocrescer.gov.br/index.php>).

Em vista disso, visando os esclarecimentos desses questionamentos e considerando ainda a competência temática desta Comissão, apresentamos o presente requerimento.

Sala da Comissão, em de agosto de 2017.

LEONARDO MONTEIRO PT/MG
